

**A UNIVERSIDADE AO LADO DA ESCOLA PÚBLICA: OFICINA FIQUE SABENDO A
RESPEITO DAS SUAS SEXUALIDADES**

Julia De Castro Campos, Antonio Carlos Barbosa Da Silva, Luciana Ferrari Gouvêa

Eixo 2 - Projetos e práticas de formação continuada
- Relato de Experiência - Apresentação Oral

O presente trabalho apresenta características da escola pública que demonstram certa dificuldade em preparar os alunos para a convivência social, assim como para tratar de assuntos relacionados às sexualidades. Com base nisso, realizamos oficinas procurando problematizar estigmas e estereótipos socialmente construídos e institucionalizados a partir das normatividades de gênero e sexualidades, exercidos sobre homens e mulheres, independentes de orientação sexual e identidade de gênero. A proposta do trabalho articula-se em oficinas semanais com alunos do ensino fundamental de uma escola do interior paulista e utiliza modelos de educação não-formal para discutir de forma crítica a respeito das problemáticas sociais e emocionais que envolvem as sexualidades. A utilização de um grupo temático reflexivo nos pareceu os melhores instrumentos para viabilizar os debates críticos e com capacidade de criar novas subjetividades para o sujeito rearticular sua realidade, além de enfatizarem uma práxis vinculada à transformação social. O projeto contribuiu significativamente para abrir um espaço de discussão a respeito de um tema, ainda tão polêmico, de forma mais crítica e interdisciplinar. Até o momento o trabalho desenvolvido permitiu potencializar o grupo de alunos em relação ao nível de consciência sobre os cuidados de si e a prevenção de comportamentos de risco frente à gravidez não planejada, às infecções sexualmente transmissíveis e a minimização dos preconceitos em relação às questões de gênero. Procuramos congrega o grupo a compreender as sexualidades de forma aberta e não impositiva, sempre reconhecendo os valores que regem seus próprios comportamentos e orientam sua visão do mundo. Palavras-chave: Sexualidades; Educação; Escola.

A UNIVERSIDADE AO LADO DA ESCOLA PÚBLICA: OFICINA FIQUE SABENDO A RESPEITO DAS SUAS SEXUALIDADES

Julia de Castro Campos; Luciana Ferrari Gouvêa; Antonio Carlos Barbosa da Silva.

UNESP – FCL/Assis

Introdução

Até os anos 50, a escola era destinada apenas a uma parcela da sociedade, possuía uma educação questionadora e reflexiva, pois como atendia a uma população elitista, tinha o propósito de formar lideranças. Em geral, a educação do restante das crianças se dava através do convívio com os adultos, no ambiente familiar. A mudança na forma de ensino ocorreu após a industrialização, para atender a demanda das fábricas, de modo que passa a atender toda a população, com o intuito de formar sujeitos passivos, obedientes, sobre os quais se incentiva a ausência de questionamento crítico, repetição em vez de criação de conteúdo e, enfim, que respeitem as ordens sociais.

Consequentemente, a escola abandonou o lugar da ociosidade criativa, da orientação ética e da reflexão e passou a se preocupar com o excesso de informação sem grandes sentidos, um lugar de rápida circulação de saberes, uma produtora de um ensino transeunte. A escola funcionava como uma máquina que seguia sem pestanejar os ditames postados pela sociedade industrial. As disciplinas internas, necessárias para formar cidadãos obedientes e servis ao novo sistema, assemelhavam-se àquelas postuladas pelos quartéis e conventos (SILVA, 2012).

Para Illich (1975), a escola não é o único fator que modela a visão que o homem tem da realidade, mas a origem social, o meio familiar, as mídias também tem papel fundamental na formação dos comportamentos e valores. Entretanto, para o autor, a escola é a instituição mais severa nesses termos, já que sua função em formar o julgamento crítico é feito, paradoxalmente, num processo pré-fabricado e condescendente ao sistema que a gerencia, no caso, ao sistema capitalista.

Por se concentrar quase que exclusivamente a esses propósitos, a escola não prepara os alunos para o convívio com o mundo e com a realidade. Ao ensinar biologia, não mostra as plantas como de fato são, mas apenas uma imagem desta numa apostila ou num desenho na lousa. Ao ensinar matemática, não explica como a solução dos tais problemas poderá ser aplicada no mundo externo, ou como poderão solucionar seus próprios problemas. Além disso, cada disciplina não se relaciona com a outra de forma alguma, trata-se de uma educação fragmentada, tornando os alunos cada vez mais

mecânicos. Reprimem a maior parte do convívio social que acontece na escola e incentivam a competição, a qual afasta cada vez mais uns dos outros.

Além disso, também é possível perceber que a educação está em crise pelo desinteresse dos alunos nos conteúdos ministrados, pelos baixos salários dos professores e pelo aumento da violência dentro das escolas. Essas características são ainda mais evidentes em escolas inseridas em um contexto social nos quais crianças e adolescentes se encontram em situação de vulnerabilidade social (violência urbana, exploração sexual, tráfico de drogas, etc.).

Logo, como a escola, em geral, não prepara seus alunos para a realidade, para a convivência social, o mesmo acontece quando se trata das sexualidades, pois esta não está preparada e não possui elementos suficientemente científicos, filosóficos e éticos embasados para orientar os alunos em suas sexualidades.

A escola, apesar de reproduzir o discurso ideológico antigo, dominante e limitado, pode, e deve, se colocar como o lugar da promoção das reflexões mais críticas sobre temas sociais, tais como ecologia, consumismo, saúde, gêneros, sexualidades e outros mais, uma vez que, em tal instituição há o espaço instituído para o debate, para o desenvolvimento da cidadania e para a transformação social.

Portanto, apontamos a escola como um lugar social capaz de pensar os gêneros e as sexualidades de forma mais crítica e democrática.

Entretanto, por mais que a ciência pedagógica e a sociedade tenham evoluído nas últimas décadas, as relações de gêneros e as sexualidades continuam sendo temáticas ligadas à normatividade e voluptuosidade, por isso ainda são vistas como tabus difíceis de serem trabalhados no âmbito educacional.

Muitos adultos julgam que os adolescentes já sabem tudo a esse respeito devido às constantes brincadeiras, conversas informais e provocações pejorativas. Entretanto, os índices de gravidez não planejada, de infecções sexualmente transmissíveis e de ataques homofóbicos entre os adolescentes aumentam constantemente. Desta forma, é perceptível que os adolescentes, na verdade, não possuem informações concretas a respeito das sexualidades, mas apenas demonstram seus apelos sexuais internalizados através do bombardeio de estímulos que a mídia oferece todo o tempo.

Considerando que a escola é um espaço institucional privilegiado para o controle e exercício de poder, ela atua através de práticas de gerenciamento e regulação da vida sexual das crianças e dos jovens. Quando ela é chamada a intervir nesta questão, atua moralmente. A escola faz o trabalho de orientação sexual baseado na perspectiva higienista, próximo ao discurso médico, restrito a conhecimentos anatômicos do corpo e

aos livros didáticos de ciências, desconsiderando o desenvolvimento psíquico dos sujeitos engendrados nas relações sociais.

No entanto, ainda que a escola atue muitas vezes através da moral, esta ainda se destoa de outras instituições sociais mais conservadoras, tais como a família e a igreja, sendo, portanto, um local possível de atuação e de mudança.

Essa possível atuação e mudança podem ocorrer através do currículo ensinado em cada escola, já que o MEC está gradualmente deixando flexível o currículo que deve ser seguido pelos professores há pelo menos 20 anos, fator que deveria auxiliar para que cada escola tenha autonomia para definir o que melhor couber aos seus estudantes (MOSÉ, 2013).

Considerando que, depois da família, a escola é o ambiente de socialização mais significativo na vida das pessoas é necessário que os professores e demais agentes da educação tenham condições de discutir junto aos estudantes as várias facetas das sexualidades, tais como as diversidades sexuais, as afetividades, os cuidados com o corpo, a noção histórica e social de masculinidade e feminilidade, etc. Com informações aprofundadas e com ações incluídas no planejamento didático-pedagógico da instituição, os educadores poderão colaborar para a formação de indivíduos mais críticos acerca desses processos de subjetivação que constituem a sociedade.

O conceito de Relações de Gêneros

As relações de gênero referem-se às relações de poder estabelecidas socialmente entre homens e mulheres e que determinam o status social a partir das diferenças sexuais.

Segundo Albernaz e Longhi (2009), a análise dessas relações permite compreendermos os valores atribuídos a homens e mulheres, bem como as regras de comportamento decorrentes desses valores. Os gêneros são uma das formas de distribuir e significar o poder, sendo que o que é classificado como masculino tende a ser mais forte e superior; ao passo que o que é considerado feminino é visto como mais fraco e inferior e, por isso, deve ficar sob a esfera de proteção e de submissão ao masculino.

Essas relações são construídas a partir de inúmeros fatores, entre eles, a educação no que tange a separação de meninos e meninas em mundos distintos. É a partir de uma perspectiva diferenciada que o masculino se sobrepõe ao feminino e gradativamente vai transformando meninos em sujeitos dominadores.

O gênero é, portanto, constituinte das identidades sociais, que podem então assumir várias características, como de raça, nacionalidade, etnia, idade, etc. Essas

identidades são construídas e reconstruídas nas relações sociais e de poder. A identidade de gênero é um conjunto de significações causais que explicam o que é ser homem e o que é ser mulher. Valores, padrões de comportamento, características ditas como “naturais” são dadas ao sexo feminino e masculino, estereotipando o gênero.

Os estereótipos são crenças socialmente compartilhadas a respeito dos membros de uma categoria social, que se referem às suposições sobre a homogeneidade grupal e aos padrões comuns de comportamento dos indivíduos que pertencem a um mesmo grupo social. Romper com esses estereótipos é uma atividade muito difícil de ser conseguida, já que, alienadamente, o entendemos como um elemento natural.

O conceito de Sexualidades

As sexualidades são o conjunto de processos sociais que produzem e organizam a expressão do desejo e o gozo dos prazeres corporais, orientados a sujeitos do sexo oposto, do mesmo sexo, de ambos os sexos, ou a si mesmo.

Para Foucault (1997), a sexualidade é um conceito cultural que diz respeito à forma como cada ser vivencia e significa o sexo, indo além do determinismo naturalista. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico.

Torna-se fundamental, então, compreender as sexualidades levando em consideração os processos inconscientes e as formas culturais, como uma criação social que se constitui com base em discursos sobre o sexo que regula, normaliza e produz verdades. Com base nesses discursos: sexualidade é um fato social. É deste ponto de vista, em que as relações de gênero tem se fundamentado em categorizações impregnadas na ordem social, que se permite relacionar não só a posição das mulheres, de maneira subordinada, mas também a relação entre sexualidades e poder.

Entretanto, as sexualidades podem ser entendidas como um componente natural, algo necessário e fonte de prazer na vida, uma necessidade básica e uma potencialidade erótica do corpo, um saber constituído historicamente, que ao ser debatido de forma crítica pode transformar a vida social do sujeito.

Criando uma proposta para atender as demandas

Desta forma, a oficina do presente trabalho desenvolvida entre alunos do ensino fundamental de uma escola do interior paulista utiliza modelos de educação não-formal para discutir de forma crítica a respeito das problemáticas sociais e emocionais que envolvem as sexualidades.

Com base nas reflexões de pensadores contemporâneos que evocam discussões sobre os processos de subjetivação que formam uma sociedade, tais como Bauman,

Foucault, Freire, problematizamos estigmas e estereótipos socialmente construídos e institucionalizados que servem para normatizar os gêneros e limitar a constituição das sexualidades. Metodologicamente estes estigmas foram postulados através de vivências grupais referenciadas por reflexões críticas.

Metodologia

Em nosso trabalho procuramos estabelecer um espaço educacional que contou com a práxis de ação/reflexão/ação sobre a realidade social vivenciada por um grupo de estudantes. Através da reflexão sobre as temáticas vinculadas às sexualidades, possibilitamos aos alunos participantes a reconstrução de seus processos subjetivos e elucubração de novas respostas frente a esta temática, que na maioria das vezes é orientada por posturas baseadas num sistema científico positivista. Portanto, para evitar essa postura, desde o início rejeitamos a concepção de que as orientações sexuais não heterossexuais fossem sinônimas de qualquer tipo de desajuste ou perturbação psicológica. Isso serviu para potencializar nossas práticas de apoio psicológico a partir de um prisma positivo em relação à diversidade das orientações sexuais.

A utilização de um grupo temático reflexivo nos pareceu os melhores instrumentos para viabilizar os debates críticos e com capacidade de criar novas subjetividades para o sujeito rearticular sua realidade, além de enfatizarem uma práxis vinculada à transformação social.

Esse grupo foi conduzido pelo coordenador do projeto e por um grupo de estagiários da Universidade e bolsistas do projeto apoiado pela prograd/Unesp.

O grupo temático reflexivo foi baseado na proposta de Pichon-Riviere de grupo operativo, no qual estabelece um objetivo a ser debatido e alcançado. Escolhemos a técnica do grupo temático reflexivo por ser uma vertente mais simples do grupo operativo. O grupo de reflexão se afasta do termo operativo que contém em seu bojo a idéia que opera, realiza, produz. No grupo de reflexão não nos preocupamos em estabelecer regras interpretativas e nem normas de condução do pensar desalienador, tal como defende Pichón-Riviere (1994).

Com o grupo de reflexão procuramos descrever como processos que induzem as práticas sociais são produtoras de domínios de saber e como elas penetram em nossos corpos e nos controlam. Apontamos, também, que os processos de subjetivação não evoluem de forma sistematizada com o passar da história ou se modificam através do tempo. A subjetividade agrega elementos muito diferentes que, em outras épocas, serão ventiladas em práticas muito diferentes e objetivadas por elas sob fisionomias muito diferentes (VEYNE, 1995).

Segundo Silva (2010) a pedra angular da intervenção reflexiva é a palavra circulada. Todos componentes do grupo participam, falam e trocam experiências, muitas vezes incentivadas pelo coordenador do grupo. Escolhemos esse recurso de trabalho porque achamos que a palavra, por meio do discurso, facilita as relações interpessoais e o desenvolvimento psíquico. Resgatar a força das palavras produz um homem vivente com palavra, responsável e condutor de suas ações.

Segundo Larrosa Bondía (2002) a palavra tem um grande poder, ela proíbe, impõe, inventa, critica. São as palavras que subjetivam o sujeito. Portanto, a oficina que contou com essa proposta usou a palavra como norteadora de suas ações.

De um modo geral, esse tipo de intervenção serviu para o sujeito singular se expor num espaço coletivo, indeterminado e perigoso, onde ele buscou novas oportunidades e se abriu para possíveis mudanças e transformações. O sujeito no grupo temático reflexivo não deve se submeter ao saber e ao poder, ele pode ouvir, sofrer e re-significar seus conceitos constantemente. Não é um sujeito impávido, apático, auto-determinado, mas sim um devir aberto a novas significações. (SILVA, 2010).

Relatando nossas experiências

As oficinas ocorreram em uma escola de ensino fundamental da periferia de uma cidade do sudoeste paulista. O número de alunos participantes em cada oficina variou de duas a nove pessoas, sendo predominante a participação de meninas, cuja idade se encontra entre doze e treze anos. As oficinas se iniciaram em maio de 2013, ocorrem semanalmente num período de uma hora e quarenta minutos e continuarão até o fim do ano letivo da referente escola.

Para realizar as oficinas, utilizamos os chamados grupos reflexivos com respaldos teóricos e práticos que possibilitam o desenvolvimento de reflexões grupais acerca das sexualidades.

Com o intuito de transformar os saberes, que normalmente são naturalizados por uma estrutura socioeconômica, e que visa capacitar os sujeitos para lidarem com a vulnerabilidade social que os assola, foram criadas estratégias para refletir sobre a influência do mundo externo sobre os processos subjetivos de regulação das manifestações humanas, tal como as sexualidades.

Desta forma, nós, como formadores de opinião, temos a obrigação de estimular o pensamento crítico em nossos educandos por meio de estímulos, da reflexão, da crítica e da troca de ideias, assumindo uma posição política de forma coerente. Para tanto, tomamos como base um viés filosófico educacional que leva em conta os aspectos epistemológicos, que respeitem o tempo de cada aluno, conduzindo-o a uma

compreensão não somente do conhecimento em si, mas, sobretudo a uma compreensão do mundo. (DUARTE, BARBOZA, 2007).

Para tal, nossa prática teve início com dinâmicas, vídeos, debates e explicações acerca do funcionamento do ciclo menstrual, da gravidez, do parto, da ejaculação e das formas de se obter prazer. Debates a respeito dos métodos anticoncepcionais (preservativo masculino e feminino, DIU, diafragma, gel espermicida, anticoncepcional oral, contracepção de emergência, injetável hormonal, pílula anticoncepcional vaginal e métodos cirúrgicos como a laqueadura e a vasectomia) os quais foram levados na sala de aula, para que os alunos os vissem e sentissem com suas próprias mãos como cada um deles funciona. Para melhor elucidação, levamos materiais como próteses penianas e vaginais para que os alunos não apenas compreendessem melhor seu funcionamento, mas praticassem como se deve fazer uso dos preservativos.

Também discutimos a respeito das principais doenças sexualmente transmissíveis e, conseqüentemente, da importância da prevenção para evitar contaminações. Junto de cada um desses temas, eram debatidas as subjetividades perpassadas pelos sujeitos nas diversas situações discutidas. Após a completa compreensão destes temas, passamos a trabalhar temáticas mais subjetivas, como as sexualidades possíveis, tais como homossexualidade, heterossexualidade, bissexualidade, transexualidade, além de questões de gênero como, por exemplo, a forma que a mulher e o homem devem se portar, o machismo, etc.

O debate sempre girou em torno das dúvidas e comentários levantados durante a oficina. O diálogo aberto e sem preconceito ampliou a segurança dos estudantes em expor suas dificuldades e em criar novas singularidades para respeitar as sexualidades. Na experiência com a escola, pudemos observar que assuntos relacionados com as sexualidades, as questões das relações de gêneros e da heteronormatividade surgem facilmente, ainda mais em atividades que envolvem o corpo. O corpo é, em primeira análise, quase encarado como espaço sagrado que não deve ser profanado pelo toque alheio, ao mesmo tempo em que o toque do outro também tem, em muitos casos, um desejo de profanação desse sagrado instituído.

As questões de gêneros foram trabalhadas a partir do debate em torno das inversões dos papéis, ou seja, alunos do sexo masculino analisaram mulheres e alunas do sexo feminino analisaram homens e refletiram sobre as normatividades que envolvem essas identidades. Tais interpretações foram estimuladas e aprofundadas cognitivamente e emocionalmente a partir de exercícios que proporcionaram outros registros de sensação corporal e de interação coletiva. Os alunos, em geral, apresentaram boa predisposição em realizar as oficinas, no entanto, as relações entre os

estudantes dificultaram a conclusão das propostas. Isso provavelmente ocorreu devido às relações sociais normativas já estabelecidas por estes durante o percurso escolar e já bem sedimentadas, o que dificulta relações mais singulares, diferentes da ordem pré-estabelecida. Os alunos, com exceção das atividades em grupo e das aulas de educação física, não estavam acostumados a realizar atividades interpessoais guiadas por um educador (coordenador do grupo de reflexão e/ou coringa). As propostas se apresentaram como novas e desafiadoras para estes, principalmente porque a vigilância institucional, o controle dos corpos, o puritanismo estão sempre presentes no desenvolvimento dessas tarefas. Em suma, as vivências propostas foram prejudicadas, dentro dessa leitura, principalmente, pelo receio que alunos sentiram ao realizar algo que, aos olhos da sociedade, é visto como nebuloso, vergonhoso, pecaminoso, incompreensível ao coletivo social.

Isso ocorre porque a escola ainda é vista como o lugar da informação e do controle dos corpos. Dessa forma, a escola, apesar de continuarmos afirmando que é o espaço mais democrático e crítico da sociedade, é, também, um espaço institucional privilegiado para o controle e exercício do poder, do biopoder, através de práticas de gerenciamento da vida sexual das crianças e dos jovens e da regulação das populações.

Conclusão – Considerações Finais

O projeto até o momento de seu desenvolvimento contribuiu significativamente para abrir um espaço de discussão a respeito de um tema, ainda tão polêmico, de forma mais crítica e interdisciplinar. Foi possível que a temática fosse abordada a partir de uma configuração histórica, pensada como um constructo social e cultural, respeitando sua diversidade e especificidade histórica.

Os alunos viram nesse espaço o lugar para trazer suas dúvidas e serem orientados de forma científica, sem preconceito e crítica diante das novas subjetivações a respeito das sexualidades que surgem na contemporaneidade.

No entanto, os participantes evidenciaram dificuldades em ser orientados de forma mais ampla e dialética a respeito das questões ligadas às sexualidades. Com isso, percebe-se que a sociedade atual não oferece instruções e orientações sólidas para o sujeito lidar com as questões subjetivas que permeiam sua vida (como a sexualidade). Os processos de subjetivação que envolvem as sexualidades são incorporados segundo as resoluções institucionais que atualmente são valorizadas, tais como aquelas veiculadas pela mídia, pelas redes sociais e pelos discursos conservadores, normativos e preconceituosos das novas religiosidades e das famílias contemporâneas.

Embora essas subjetivações estejam inseridas em toda a parte, pelo fato da escola em questão estar inserida num bairro de periferia, onde a violência, o tráfico de drogas e a exploração sexual fazem parte do convívio dos estudantes, a questão do machismo e do preconceito se torna ainda mais intensa, fator que acaba influenciando os alunos, direta ou indiretamente, a conservarem esses processos de subjetivação, o que faz com que as oficinas devam ser trabalhadas com extremo cuidado, delicadeza e paciência.

Desse modo, em nosso trabalho, procuramos realizar a mediação entre as dúvidas e comentários dos alunos no que diz respeito às sexualidades, o fornecimento crítico do conhecimento científico e a diversidade social e cultural que permeiam tal temática.

Logo, até o momento nosso trabalho buscou problematizar tais questões, não no sentido de encará-las como problemas a serem resolvidos, mas de questionar e desconstruir os discursos normativos que regem as construções de nossas imagens do masculino e feminino, das formas de prazer com o próprio corpo e o do outro, etc. Em suma, nosso trabalho está em processo de ampliação de conhecimentos não tendenciosos a respeito das sexualidades, desconstrução de preconceitos e conscientização dos cuidados de si e do próximo. Ademais, pretende gerar até o final das oficinas novas formas de entender e subjetivar as sexualidades.

Os saberes da psicologia e da educação puderam ser disponibilizados sobriamente na compreensão das sexualidades e estão servindo como elementos constituidores da formação identitária dos estudantes. Procuramos congrega os jovens a compreender as sexualidades de forma aberta e não impositiva, sempre reconhecendo os valores que regem seus próprios comportamentos e orientam sua visão do mundo.

Referências Bibliográficas

ALBERNAZ, L. S.; LONGHI, M. Para compreender gênero: uma ponte para relações igualitárias entre homens e mulheres. In: SCOTT, P.; LEWIS, L.; QUADROS, M. T. *Gênero, diversidade e desigualdades na Educação: interpretações e reflexões para a formação docente*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009, p. 75-95.

DUARTE, A. C. de S.; BARBOZA, R. J. Paulo Freire: O papel da educação como forma de emancipação do indivíduo. *Revista Científica Eletrônica de Pedagogia*, Ano V, n. 9, jan. 2007.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1998, v. 1.

ILLICH, I. *Energia e Equidade*. 1. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1975. Cadernos livres nº.7.

LARROSA BONDÍÁ, J. Notas sobre saber da experiência e a experiência de saber. *Revista brasileira de educação*, Campinas, v.19, n.1, p. 20-28. 2002.

MOSÉ, V. *A escola e os desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, 336 p.

PICHON-RIVIERE, E. *O Processo Grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1994

SILVA, A. C. B.; FERRAZ, C. O grupo como produtor de singularidades: o processo subjetivo como forjador de singularidades frente às pessoas que vivem com as DSTs. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, v. 10, n. 4, p. 1355-1364, 2010.

SILVA, A. C. B.; SILVA, M. C. C. B. A escola na condição de não lugar. *Revista Eletrônica PESQUISEDUCA*, Santos, v. 04, n. 08, p.340-362, jul./dez. 2012.

VEYNE, P. M. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Brasília: Ed. UnB, 1995. 285 p.